

FREAK E EXCLUSÃO SOCIAL

Dalmer Pacheco¹

RESUMO

Identidade e Alteridade. A perspectiva dicotômica do Bem e do Mal. A herança judaico-cristã na construção do desvio-pecado. Desvio de conduta e Estigma. Transgressão e mudança social. O princípio de "Monstração" e os freaks. Operacionalidade da exclusão social. Comunicação, Cultura e Exclusão.

Palavras-chave: *Freaks*. Desvio e Estigma. Comunicação. Cultura e Exclusão.

Todos os tipos de conflito nas relações humanas se baseiam nas esferas de intercâmbio que fazemos uns com os outros. Afinal, quem é o outro? Como o vemos? De que forma o percebemos? A questão central é a construção de nossa própria identidade a partir da construção de nossa alteridade, de nosso olhar sobre o outro.

Estas relações, que estabelecem a identidade e a diferença, dão-se na esfera da cultura. E a cultura estabelece um modelo e, a partir dele, constrói identidade e alteridade.

A identidade humana se alicerça em algumas categorias básicas: a singularidade que a mantém como única, a mortalidade na esfera que exprime sua finitude e a sexualidade que expressa o desejo, não mais o sentido arcaico da reprodução.

¹ Professor Associado da UFAL. Jornalista especializado em TV, pesquisador do Diálogo inter-religioso das Igrejas Cristãs com as religiões de Matriz Africana. Preside a Cátedra Fenaj e coordena três Diretórios de Pesquisa: Intermídia, Religare e Ágora. Bacharel em Comunicação pela UERJ, Mestre em Comunicação pela UFRJ onde também Doutorou-se com créditos na USP e Co-orientação pela San Jose State University. Ex-professor da UFJF onde coordenou o Intercult e a pós-graduação. Tem vários trabalhos publicados em português, inglês e espanhol no Brasil e exterior.

A alteridade é construída a partir da dicotomia entre as dimensões humana e divina. Também a oposição bem/mal é baseada na suposta ordem inalterável do mundo criado e guiado por Deus e a categoria do mal como obra praticada por homens induzidos por Satã.

Ao mesmo tempo, os ocidentais constituem a ampliação do reino já conquistado pelo diabo. É que, para um pensamento se fundar na semelhança, os que se esforçavam para assimilá-la, estes Outros, teriam que ser dominados por Satã. Seriam seus agentes. São aqueles os indígenas e muçumanos (TUCHERMAN, 1997, p. 10).

A não construção de identidade e, por conseguinte, o não fazer diferença vão se constituir na explicação da loucura.

À impossibilidade do homem se comportar segundo suas próprias leis, surge a categoria do desviante, a negação deste “princípio racional”. E com os desviantes surgem as exclusões sociais.

Nasce assim uma conjunção científica, uma relação nova entre a cultura e a comunicação que produz os nossos espaços de exclusão: os asilos, as prisões etc, como espaços físicos que marcam a alteridade, assim como surge, como espaço marginal, o topos da poesia, como locanda controlável da não-verdade, ou seja, ficção (Idem., Ibidem., p.16).

Não importa se a existência de pessoas com deformações é da ordem do real ou do ficcional. A sua 'existência' tem gênese na própria gênese da humanidade. Os *freaks* são categorias de seres a quem falta ou sobra algo da ordem do corpo, que por consequência, contrariam a norma. São os anões, os gigantes, os hermafroditas. O universo constitutivo da monstruosidade se circunscreve, por conseguinte, às aberrações, às possibilidades infinitas de mutilações que podemos fazer em nossos corpos e deixarmos de ser da esfera do Mesmo e sermos transferidos à esfera do Outro. É nos monstros que

estabelecemos o que somos (Identidade) e nos damos conta da possibilidade de sermos diferentes (Alteridade).

Os monstros, felizmente, existem não para nos mostrar o que não somos, mas o que poderíamos ser. Entre estes dois polos, entre uma possibilidade negativa e um acaso possível, tentamos situar a nossa humanidade de homens (GIL, 1984, p.10).

Há um princípio de monstraçãõ ativo que define os monstros enquanto categoria corporal, como alteridade de pensar outro corpo ou o corpo do outro. Em síntese, o monstro é visto na relação identidade-alteridade como outro lado da moeda onde o pressuposto da diferença está intrinsecamente ligado ao ser constitutivo do objeto.

E o princípio do não-ser. O monstro é aquele que não é. Não é igual, ainda que haja elementos análogos a constituição do Eu. Podemos constatar a hibridização nos monstros teratológicos das figuras mitológicas, por exemplo. O que está em jogo é a humanidade do outro. Assim não é a oposição simples que narra a diferença entre monstros e homens, mas um sistema complexo de relação de aproximação e distância, de misturas e hibridização (Idem., Ibidem., p. 4).

É importante ressaltar que o monstro não está fora, mas no limite do humano. São desfigurações do Mesmo no Outro. A definição é, portanto, instável e sua alteridade móvel.

Os monstros permitem a consolidação da identidade humana por analogia e diferenciação: este é o principio da exclusão. Sendo os monstros a possibilidade de não-ser do Mesmo, eles constituem constante e efetiva ameaça. O Outro é, paradoxalmente, a negação do Mesmo (atributos diferenciados) e a lembrança de outra possibilidade existencial do Mesmo (analogias), uma vez que o excesso/a falta de algo é traço de presença.

Sendo constituídas na esfera da cultura – identidade e alteridade, normalidade e monstruosidade são duplas faces de um mesmo corpo, de um mesmo espírito. A questão ideológica está presente em algumas explicações sob o manto da questão religiosa, pressupondo a “mão de Deus” (ira ou provação) nas monstruosidades do corpo humano.

A norma cultural estabelece uma justificativa "lógica" para os padrões de normalidade, reforçando, portanto, a própria regra. Ao considerarmos o monstro como uma aberração da realidade, somos impelidos a crer na necessidade do princípio da moralidade: "... pois o monstro não é senão a "desfiguração" última do Mesmo no Outro. É o Mesmo transformado em quase-Outro, estrangeiro a si próprio. É uma demência do corpo, uma loucura da carne" (Idem., Ibidem., p. 16).

As aberrações teratológicas têm uma função simbólica. Na sociedade cristã, via de regra, as deformações indicam o castigo dos céus ou imprudência dos pais na ordem científica (desvios genéticos). Sob qualquer uma destas perspectivas, os monstros são aqueles cujos corpos contêm as marcas da transgressão. Em algumas culturas, as marcas significavam desvios de conduta: os ladrões tinham as mãos decepadas, as mulheres adúlteras, os narizes. O nosso olhar sobre o Outro vai ser, necessariamente, marcado pelo estigma, pela transgressão.

Retornamos a uma visão estrutural-funcionalista onde pressupomos uma identidade humana "natural," onde o desvio é estigmatizado. "...acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fizemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida" (GOFFMAN, Op Cit., p. 15).

Em síntese, a norma “social” – construída na esfera cultural – vai abrigar, necessariamente, uma visão de mundo, um olhar do Mesmo sobre o Outro, uma perspectiva de uma fala hegemônica em confronto com uma fala

marginal, um discurso ideologicamente privilegiado em detrimento de ideologias “marginais”.

Ao estabelecer um modelo cultural que indica a naturalidade da dicotomia normalidade/transgressão – não apenas com relação às monstruosidades como marcas do corpo do Outro, mas, também, com relação às monstruosidades da alma, desvios de conduta moral – a sociedade pré-determina os comportamentos passíveis de repressão.

Au départ, il y a l'autre culturel - celui dont s'inquiètent à la occasion ceux qui interrogent l'ethnologue (dans sa famille, dans nos provinces) sur la nature exacte de son métier: 'Alors vous vivez dans les tribus, vous étudiez moueurs?' (AUGÉ, 1994, p. 14).

Compreendemos que – ao aceitarmos o modelo cultural que pré-determina comportamentos e, portanto, valores – somos impelidos a crer que - tudo que contraria tais valores – deve ser condenado como execrável. A cultura hegemônica vai, portanto, praticar uma pedagogia do horror que pratica – em nome do Bem e de Deus – Exorcismos diários que levam os condenados à exclusão social.

Voltamos às regras sociais como determinantes de práticas de exclusão social baseadas em modelos “naturais” de construção de Identidade e Alteridade. De distanciamento do Outro a partir das “monstruosidades”, das aberrações corporais, morais ou ideológicas. Analogamente às aberrações físicas, encontram-se os estigmas de conduta. A primeira perspectiva que surge é moralista: são passíveis de estigma a homossexualidade, a não-castidade (no mundo religioso) ou – atualmente, no mundo profano, a virgindade etc, condutas ainda ligadas à forte influência da Cultura Judaico-Cristã, onde prevalece a ideia de pecado. Em um segundo momento, a perspectiva do bem-viver. O mundo se divide entre doentes e sãos, pecadores e virtuosos, fracassados e bem-sucedidos, pobres e ricos, oprimidos e opressores.

Como resultado da bipolarização Mesmo-Outro, com relação às aberrações físicas, surgem os "desvios da alma" na sociedade Judaico-Cristã, identificados como pecados. No referencial estrutural-funcionalista, onde há o predomínio da "razão" e da Ciência, os desvios são considerados patologias. "A questão da monstruosidade no corpo não está separada da noção da alma. já que o corpo é onde esta se aloja. Portanto é da 'natureza' deste corpo que é preciso tratar" (TUCHERMAN, 1997, p. 13). "O surgimento do Outro se dá na proporção direta em que ele é excluído do interior de um determinado grupo. Em outras palavras ele não é incluído" (Idem., Ibidem., p. 9).

O transplante que propomos, da construção da Alteridade a partir da falta ou do excesso do corpo, para alma parece não conter grandes rejeições. Afinal, o corpo é seu *container* e os padrões de conduta moral são resultantes do modelo cultural dado. Interessa-nos, em particular, como – a partir do ideário que propõe a Identidade – estabelecer o lugar do Diferente. "A exclusão de um elemento é aquilo que delimita a fronteira do conjunto identitário e assim a alteridade é a antítese que determina a identidade" (Idem., Ibidem., p. 9).

Em uma sociedade de maioria, as minorias vão, em geral, estabelecer suas identidades culturais como marginais. O modelo cultural que estabelece a identidade do Eu constrói o Outro por exclusão. Efetivamente, as relações de poder significam tensionamentos e atritos pela opressão. As grandes utopias tentam propor soluções "libertadoras" para a situação de cativo em que se encontra a maioria do povo. "O homem emancipador, satisfeito com as suas conquistas, não está disposto a assumir a responsabilidade social pela situação de cativo da maioria dos homens" (BOFF, 1987, p.137).

A "lógica" da exclusão social é baseada no pressuposto da dicotomia bem-mal, saudável-patológico, virtude-pecado. A opressão é justificável e o cativo é posto como necessário. É preciso "domesticar" as monstruosidades para que sejam toleradas.

Houve durante a época clássica, uma descoberta do corpo como alvo do poder. Encontrá-va-mos facilmente sinais desta grande atenção

dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se toma hábil ou cujas forças se multiplicam (FOUCAULT, 1983, p.125).

Ao aceitar o pressuposto de uma ordem “natural” (mesmo que construída culturalmente) da conduta, a sociedade arbitra estilos de vida antagônicos entre o Mesmo e o Outro. A relação é resultante dos níveis de atrito entre opressor e oprimido, hegemônico e popular, carrasco e vítima. A maior ou menor intensidade com a qual as sanções são praticadas vai depender da correlação de forças entre a cultura dominante e as subculturas adjacentes. De qualquer modo, ao estabelecer as monstruosidades como atributo da esfera do Outro, a ser rejeitado pelo Mesmo, aceita-se a necessidade da “domesticação”. E a fórmula com que a sociedade “sadia”, por exemplo, lida com os distúrbios mentais. A causa social não importa. É preciso acalmá-los, ainda que por eletrochoque, injeção ou lobotomia. Não se pretende a cura, mas o comportamento dócil. Na esfera do presídio, o procedimento é semelhante ao detento, só é permitida a reintegração à sociedade se demonstrar bom comportamento, isto é, se apresentar conduta diferenciada daquela que o conduziu ao isolamento. A não-violência, ainda que aparente, deve ser readquirida. De nada adiantaria nos referirmos ao modo com que a sociedade ideologiza a cultura senão nos preocuparmos em saber quem estabelece as regras que somos impelidos a cumprir, ou assumir as consequências da transgressão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, Marc. *Le sens des autres: actualité de l'anthropologie*. France: Fayard, 1994.

BOFF, Leonardo. *Teologia do Cativo e Libertação*. São Paulo: Círculo do Livro, 1987.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1983.

GIL, José. *Monstros*. Lisboa: Quetzal, 1984.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. São Paulo, Perspectiva, 1974.

TUCHERMAN, Ieda. *O percurso do outro*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa Editora, 1997 (Conferência).

_____. *Monstros: a construção dos monstros e a questão das raças fabulosas*. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 1997.

